

EDUCAÇÃO E LIBERALISMO: O PÚBLICO E O PRIVADO NO ENSINO SUPERIOR EM QUESTÃO

Claudio Afonso Peres¹
João Carlos da Silva²

O presente trabalho versa sobre a educação superior no contexto das políticas liberais, onde discutimos as relações entre o público e o privado no Brasil, a partir das políticas de privatizações adotadas na década de 90 do século XX.

Através do estudo de alguns clássicos, como Adam Smith, John Lock, John M. Keynes, Friedrich Hayek e Karl Marx, interpretamos visões diferentes do papel do Estado com relação às políticas sociais, principalmente com a educação. Identificamos que a dicotomia público e privado esteve sempre presente na história do capitalismo e que o financiamento da educação não é movido pelas necessidades das instituições educacionais públicas, mas por interesses políticos e econômicos.

No caso do Brasil, apontamos a década de 90, particularmente nos governos de Fernando Collor de Melo e Fernando Henrique Cardoso, como a época em que as políticas liberais de privatização atingiram o seu ponto máximo. Nesta época, as políticas são dirigidas por organismos internacionais, principalmente pelo Banco Mundial, que por realizar empréstimos financeiros, passa a traçar as diretrizes a serem seguidas pelo País.

Movidos pelos incentivos do Governo, os empresários passam a perceber o ensino superior como possibilidade de lucros e mobilizam-se no sentido de manter nas legislações brasileiras, mecanismos para que os recursos públicos possam ser transferidos para a iniciativa privada.

Por fim, demonstramos, através de dados do Ministério da Educação (MEC) e do Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais (INEP), o grande crescimento do número de vagas no ensino superior brasileiro, com o atendimento da demanda reprimida. Por outro lado, identificamos a exclusão da grande maioria da população das possibilidade de acesso a este ensino superior, seja estatal, ou privado. Neste sentido, consideramos a necessidade de relativizar a histórica dicotomia público-privado na educação e compreendê-la como uma relação dialética, onde os contrários não são necessariamente contrários em todos os momentos, onde o espaço público é destruído a todo momento para a instituição do privado, mas que não passa a negar a existência do caráter de público, gerando novas compreensões que tentamos abordar no decorrer do trabalho.

1 Graduação em Filosofia pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Aluno do Curso de Especialização em História da Educação Brasileira na Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE). Membro do Grupo de Pesquisa HISTEDBR-GT Cascavel-PR.

2 Professor do Colegiado do Curso de Pedagogia da UNIOESTE. Doutorando em Educação / UNICAMP. Membro do Grupo de Pesquisa HISTEDBR- GT Cascavel-PR.